

RESOLUÇÃO Nº 535, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre a fixação das anuidades, taxas, emolumentos e multas devidas por pessoas físicas e jurídicas para o exercício de 2020 e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de acordo com o art. 149 da Constituição Federal;

Considerando o disposto no art. 5º e incisos c/c o inciso II do art. 145, CF;

Considerando o disposto no art. 6º, inciso I e § 1º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, publicada no DOU de 1º de novembro de 2011, a qual dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral; e

Considerando a decisão do Plenário do CFBio na 356ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 23 de outubro de 2019; resolve:

Art. 1º Fixar a anuidade devida por pessoa física inscrita nos Conselhos Regionais de Biologia, para o exercício de 2020, em R\$ 543,09 (Quinhentos e Quarenta e Três Reais e Nove Centavos).

Parágrafo único. É permitido o pagamento da anuidade fixada no caput, nas seguintes condições:

I - com desconto de 25% para pagamento integral, se efetuado até 31/01/2020, no valor de R\$ 407,32 (Quatrocentos e Sete Reais e Trinta e Dois Centavos);

II - com desconto de 20% para pagamento integral, se efetuado até 29/02/2020, no valor de R\$ 434,47 (Quatrocentos e Trinta e Quatro Reais e Quarenta e Sete Centavos);

III - com desconto de 10% para pagamento integral, se efetuado até 31/03/2020, no valor de R\$ 488,78 (Quatrocentos e Oitenta e Oito Reais e Setenta e Oito Centavos);

IV - pagamento em três parcelas de R\$ 144,82 (Cento e Quarenta e Quatro Reais e Oitenta e Dois Centavos), com vencimentos consecutivos em 31/01/2020, 29/02/2020 e 31/03/2020;

V - o valor para pagamento após 31/03/2020 será de R\$ 543,09 (Quinhentos e Quarenta e Três Reais e Nove Centavos), acrescidos de multa e juros.

Art. 2º Fixar a anuidade devida por pessoa jurídica inscrita, em valores proporcionais ao capital social declarado em seu contrato social, como segue:

CAPITAL SOCIAL	
Até R\$ 500,00	148,96
R\$ 501,00 até 2.500,00	308,78
R\$ 2.501,00 até 4.500,00	460,84
R\$ 4.501,00 até 10.500,00	614,45
R\$ 10.501,00 até 50.000,00	768,08
R\$ 50.001,00 até 100.000,00	924,79
Acima de R\$ 100.000,00	1.542,35

Parágrafo único. Será cobrado complemento da anuidade à pessoa jurídica, sempre que houver atualização do seu capital social.

Art. 3º As anuidades do exercício não quitadas até 31 de março de 2020, sofrerão acréscimos de multa de 2% além de juros de 1% ao mês.

Art. 4º O pagamento da anuidade de pessoa física e jurídica, até 31 de março de 2020, será efetuado em qualquer agência da rede bancária do país participante da compensação de cobrança.

§ 1º Após 31 de março e até 31 de dezembro de 2020 os pagamentos deverão ser efetuados somente nas agências bancárias do banco indicado pelo Conselho Regional da respectiva jurisdição.

§ 2º Os débitos anteriores aos do exercício de 2000, expressos em UFIRs, deverão ser convertidos em Reais, sobre o valor da UFIR, de R\$ 1,0641, em vigor até 27 de outubro de 2000, data de sua extinção (MP nº 1.973-67, de 26 de outubro de 2000, art. 29, § 3º), acrescendo-se o disposto no art. 3º desta Resolução.

Art. 5º As taxas, emolumentos e serviços terão os seguintes valores em Reais:

a) Inscrição de Pessoa Física	69,82
b) Inscrição de Pessoa Jurídica	287,05
c) Cédula de Identidade	48,10
d) Carteira de Identidade Profissional	69,82
e) Segunda Via de Cédula	85,34
f) Segunda Via de Carteira	139,65
g) Certidões / Certificados / Atestados / Renovação de TRT	48,10
h) Certidão de Acervo Técnico	69,82
i) Registro Secundário	57,41
j) Título de Especialista	290,17
l) Termo de Responsabilidade Técnica - TRT	192,41
m) Multa Eleitoral (20% da anuidade)	108,61
n) Taxa de Solicitação de Cancelamento/Licença de Registro/Transferência	37,24
o) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART	49,64

Parágrafo único. Estão isentos de cobrança a Certidão de regularidade, a Declaração de inexistência de débito e a de processo ético-disciplinar junto ao CRBio, bem como a Certidão de Acervo Técnico expedida por via eletrônica.

Art. 6º Os seguintes critérios serão observados quando se tratar de primeira inscrição ou de reativação de registro:

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA**RESOLUÇÃO Nº 2.021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019**

Fixa os valores das anuidades, bem como dos emolumentos e multas devidos pelas pessoas físicas e jurídicas aos Conselhos de Economia, para o exercício de 2020 e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso das atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, tendo em vista o que consta do Processo nº 19.103/2019, apreciado na 692ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do COFECON, realizada no dia 19 de outubro de 2019, em Florianópolis-SC;

Considerando a faculdade de fixar, cobrar e executar as anuidades, multas por violação ética e outras obrigações definidas nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 1.411/1951 e pelo artigo 4º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011;

Considerando que o art. 6º, § 2º da Lei nº 12.514/2011 determina que seja atribuído um valor exato para anuidade;

Considerando que, em obediência ao princípio tributário da anualidade, os tributos são estabelecidos no ano anterior ao de sua vigência, resolve:

Art. 1º Estabelecer o valor integral das anuidades devidas aos Conselhos de Economia pelas pessoas físicas e jurídicas neles registradas, observando-se o seguinte: I - para pessoa física, o valor integral de R\$595,57 (quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta e sete centavos); II - para pessoa jurídica individual e para pessoa jurídica com capital registrado de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), o valor integral de R\$595,57 (quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta e sete centavos); III - para as demais pessoas jurídicas, conforme a seguinte tabela:

Faixas de Capital	Valor Único
acima de R\$ 10.000,00 e até R\$ 50.000,00	R\$ 783,78
acima de R\$ 50.000,00 e até R\$ 200.000,00	R\$ 1.567,57
acima de R\$ 200.000,00 até R\$ 500.000,00	R\$ 2.351,35
acima de R\$ 500.000,00 até R\$ 1.000.000,00	R\$ 3.135,12
acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 2.000.000,00	R\$ 3.918,89
acima de R\$ 2.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00	R\$ 4.599,51
acima de R\$ 10.000.000,00	R\$ 6.270,26

I - o valor da anuidade será igual aos duodécimos correspondentes aos meses restantes do exercício fiscal;

II - o valor da primeira anuidade não poderá ser parcelado.

Art. 7º Os graduados que se registrarem em até doze meses, a contar da data de sua colação de grau, estarão isentos da primeira anuidade.

Art. 8º Cabe o parcelamento do débito do Biólogo em atraso de exercícios anteriores, bem como o débito de empresa registrada no Conselho Regional de Biologia da respectiva jurisdição, nos seguintes moldes:

I - o pedido de parcelamento deverá ser efetuado por meio de requerimento dirigido ao Conselho Regional de Biologia competente, considerado este como aquele em que estiver inscrito o Biólogo ou registrada a empresa;

II - o débito em atraso será consolidado na data do pedido de parcelamento, acrescido de multa, juros e encargos, nos termos da legislação vigente no País;

III - após a consolidação de que trata o inciso anterior, proceder-se-á à divisão do montante apurado pelo número de parcelas mensais;

IV - a falta do pagamento de três parcelas, consecutivas ou não, implicará no vencimento automático do remanescente do débito parcelado, ficando o Conselho Regional competente autorizado a inscrever o débito em Dívida Ativa, conforme Resolução específica.

Parágrafo único. A expressão "débito em atraso" abrange as anuidades, taxas e emolumentos, atualizados nos termos do inciso II deste artigo.

Art. 9º Esta Resolução entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 482, de 05 de outubro de 2018.

WLADEMIR JOÃO TADEI
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA**RESOLUÇÃO Nº 312, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019**

Homologar a 1ª Reformulação Orçamentária, exercício 2019, do Conselho Regional de Biomedicina 2ª Região.

O Conselho Federal de Biomedicina - CFBM, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso X e XVI do artigo 10, da Lei nº 6684/79, de 03 de Setembro de 1979, com a modificação contida na Lei nº 7017, de 30 de Agosto de 1982 e, o disposto no artigo 12, incisos XI e XVII do Decreto nº 88.439/83, de 28 de Junho de 1983 e, cumprindo deliberação do Plenário em sua reunião realizada no dia 25 de Outubro de 2019, resolve:

Artigo 1º - Homologar a 1ª Reformulação Orçamentária, exercício de 2019, do Conselho Regional de Biomedicina 2ª Região, conforme resumos abaixo:

Conselho Regional de Biomedicina 2ª Região 1ª Reformulação Orçamentária - Exercício 2019

	RECEITA	DESPESA
Receitas e Despesas Correntes	4.247.270,80	4.192.270,80
Receitas e Despesas de Capital		55.000,00
Total	4.247.270,80	4.247.270,80

SILVIO JOSÉ CECCHI
Presidente do Conselho

MAURÍCIO GOMES MEIRELLES
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 313, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019

Aprovar a 1ª Reformulação Orçamentária, exercício 2019, do Conselho Federal de Biomedicina.

O Conselho Federal de Biomedicina - CFBM, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso X e XVI do artigo 10, da Lei nº 6684/79, de 03 de Setembro de 1979, com a modificação contida na Lei nº 7017, de 30 de Agosto de 1982 e, o disposto no artigo 12, incisos XI e XVII do Decreto nº 88.439/83, de 28 de Junho de 1983 e, cumprindo deliberação do Plenário em sua reunião realizada no dia 25 de Outubro de 2019, resolve:

Artigo 1º - Aprovar a 1ª Reformulação Orçamentária, exercício de 2019, do Conselho Federal de Biomedicina, conforme resumo abaixo:

Conselho Federal de Biomedicina 1ª Reformulação Orçamentária - Exercício 2019

	RECEITA	DESPESA
Receitas e Despesas Correntes	6.597.996,35	5.807.996,35
Receitas e Despesas de Capital	210.000,00	1.000.000,00
Total	6.807.996,35	6.807.996,35

SILVIO JOSÉ CECCHI
Presidente do Conselho

MAURÍCIO GOMES MEIRELLES
Secretário-Geral